

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVO: UMA INICIATIVA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA COC*

Felipe Almeida Vieira**

Jefferson Almeida Silva***

RESUMO

O trabalho traz o relato de uma iniciativa de educação patrimonial do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz: a publicação de um livro ilustrado voltado para o público infanto-juvenil, resultado de uma metodologia de trabalho multidisciplinar e fortemente alicerçada sobre a pesquisa bibliográfica e documental, na qual se pretende retratar a história da saúde pública no Brasil através do vasto acervo documental sob guarda dessa instituição arquivística. Assim, a publicação aqui apresentada é pensada como parte de um processo educativo que tem o “patrimônio cultural como fonte primária”. Para tal, busca-se compreender a emergência do conceito de educação patrimonial como consequência da ressignificação das noções de patrimônio cultural e memória social ocorrida em meados do século XX. Com isso, a educação passou a ser um recurso estratégico de aproximação da sociedade com seus bens culturais. No Brasil, essa relação entre patrimônio e educação não é recente, porém entre as instituições arquivísticas e centros de documentação as experiências ainda são reduzidas e pontuais. Dessa forma, a reflexão proposta tem por objetivo estabelecer uma prática de educação patrimonial permanente e sistemática no arquivo, unindo-se a outras experiências que a Casa de Oswaldo Cruz desenvolve nesse campo.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Arquivo. História da Saúde. Brasil.

* Trabalho – modalidade Comunicação Oral – do Eixo Temático “Patrimônio documental e memória”, apresentado em 22 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). *E-mail:* felipevieira@fiocruz.br

*** Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua na Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). *E-mail:* jeffersonalmeida@fiocruz.br

1 INTRODUÇÃO: O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres. (CASCO, s. d.)

Uma das características mais marcantes da realidade cultural das sociedades modernas, sobretudo a partir de meados do século XX, é a crescente preocupação com a preservação e valorização de seu patrimônio. Em verdade, desde seu início, a modernidade traz consigo esta preocupação, tendo em vista a necessidade de forjar identidades coletivas responsáveis por estabelecer um sentimento de pertencimento capaz de conferir sentido e coesão ao novo tipo de organização social baseada em Estados nacionais. Por conseguinte, a necessidade de afirmar particularidades e distinções de caráter nacional, bem como a de legitimar a estrutura socialmente desigual no interior das modernas sociedades capitalistas, puseram em marcha, ainda que variando a intensidade de país a país, um projeto de homogeneização cultural alicer-

çado sobre a edificação de monumentos e a criação de instituições capazes de oficializar e salvaguardar às futuras gerações os bens patrimoniais que, mesmo assentados nos padrões e valores caros especificamente às elites, evocavam o todo, pretender-se-iam representativos da história e da cultura de toda a nação; assumindo, pois, a condição de repositórios materiais¹ da memória nacional (LE GOFF, 2012).

Não obstante, com o fim da Segunda Grande Guerra e a crescente expansão dos valores democráticos que a ela se seguiu mundo afora, teve lugar uma transformação significativa e duradoura deste cenário. Em detrimento à afirmação de identidades nacionais e à homogeneização cultural que daí decorria, foi ganhando cada vez mais espaço a partir de então aspectos que lhes são opostos. Isto é, o “nacional” vem cedendo lugar tanto ao “global” quanto ao “local”, e a consequência que se vê decorrer deste processo de maneira crescente é a busca pelo respeito às diferenças – sejam elas étnicas, sociais, regionais, raciais, etc. – e a valorização da diversidade cultural da humanidade.

Os efeitos desta transformação paradigmática se fizeram (e se fazem) sentir em diversos âmbitos e esferas da vida social. Entretanto, tendo em vista os limites deste

trabalho, atentamos especificamente para três deles, pois, nos parecem particularmente importantes devido a relação que possuem entre si: 1) O declínio da História Política tradicional em detrimento à História Cultural e à Antropologia como chaves interpretativas privilegiadas na produção acadêmica em ciências humanas (CARDOSO, 1997; FALCON, 1997; LE GOFF, 2012); 2) A reformulação de preceitos teóricos importantes na área da Educação e a renovação pedagógica que a acompanha, de modo que, a educação fora da escola, não-formal, passa ser crescentemente valorizada, e a relação ensino-aprendizado procura se definir com base na individualidade do aluno e na realidade socioeconômica e cultural em que está inserido (MORAES, 2003), e; 3) A ampliação das ações de preservação do patrimônio e sua própria redefinição conceitual, na qual se afasta cada vez mais do “histórico e artístico nacional” em favor do “cultural”, reconhecendo e legitimando a grande variedade de formas de se organizar e viver que caracterizam a humanidade, e alargando suas dimensões cognitivas para enquadrar também sob sua égide os aspectos imateriais da cultura.²

Em síntese, convém destacar que apesar de estarem distintamente localizadas, estas três ordens de fatores se associam e, tanto no Brasil quanto no exterior, se influ-

enciam mutuamente no horizonte de um movimento mais amplo de expansão dos valores democráticos no qual estão inseridas; e que se caracteriza, em larga medida, pelo crescente reconhecimento e valorização dos diferentes grupos e modos de vida. Tal conjuntura está, pois, na base de um processo de ressignificação das noções então aceitas de patrimônio cultural e memória social.

Assim, passam adotar uma conotação política e social nova, na medida em que têm se convertido em estratégia das mais relevantes para a afirmação de preceitos democráticos, tendo em vista sua crescente mobilização no sentido do reconhecimento de direitos, do acesso à cidadania, e mesmo da reprodução das condições de existência, para um número cada vez maior de indivíduos e grupos sociais geralmente localizados fora dos espaços mais valorosos e prestigiados da estrutura social.

No entanto, também adotam um sentido teórico-metodológico inteiramente diverso enquanto consequência direta das transformações paradigmáticas enunciadas anteriormente. Ou seja, ao passo que a política de preservação cada vez mais se estrutura intelectualmente sobre os princípios da Antropologia e de seu método etnográfico, as ações efetivas de salvaguarda do patrimônio e de resgate da memória se afastam da

“história épica” preconizada pelas elites para se aproximarem do elemento popular, valorizando e protegendo seus bens culturais, através de uma intervenção progressivamente focada na cultura viva que emana da vida local, da vida comunitária.³

Estes novos sentidos assumidos pelo patrimônio cultural e pela memória social convergem, pois, para reforçar ainda mais a necessidade de cumprimento satisfatório dos objetivos fundamentais da política de preservação do patrimônio e das instituições que a realizam; ou seja, a difusão e a apropriação social dos bens culturais salvaguardados. É, pois, em função desta realidade que a pedagogia contemporânea está cada vez mais associada às ações de preservação. Suas novas bases teóricas e práticas têm permitido fazer da educação um recurso estratégico relevante para uma maior aproximação da sociedade com seus bens culturais; contribuindo enormemente para o incremento da cidadania cultural e da legitimidade destas ações (FRATINI, 2009). A política de preservação do patrimônio encontra na educação, portanto, uma aliada de primeira hora.

Contudo, educação e patrimônio não têm uma relação recente. As instituições museológicas há muito tomaram para si a responsabilidade de estabelecer um caráter educativo às suas atribuições. Para se ter

uma ideia, no Brasil, “já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN [1936], Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus” (FLORÊNCIO et. al., 2014, p. 5). Não por acaso, o que se entende hoje por educação não-formal, em grande parte, está diretamente vinculado à ação mesma destas instituições.

Entretanto, é a partir de meados do século, dentro do contexto de mudanças abordado acima, que a relação entre educação e patrimônio se aprofunda, ganhando novos contornos. Pode-se mesmo dizer que entra numa nova fase, uma vez que se constitui em um campo específico de reflexão e atuação, com métodos e técnicas que lhe são próprios, e que se estrutura com base no conceito de educação patrimonial; isto é, “o ensino centrado nos bens culturais, a metodologia que toma esses bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais como fonte primária de ensino” (GRUNBERG, E., sem data, p. 5). Espaço essencialmente interdisciplinar e multiprofissional é também multicêntrico. Atualmente, para além dos museus, iniciativas de educação patrimonial são desenvolvidas por diversas instituições da sociedade civil e do poder público – co-

mo escolas, instituições arquivísticas, ONGs, e etc. – com vistas a cumprir o papel de aproximar a sociedade de seu patrimônio cultural, e com isto, contribuir com a democratização do acesso à cultura e a promoção da cidadania. Como observa Fratini (2009, p. 41):

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade – não somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio histórico-cultural.

Devido ao caráter interdisciplinar e multiprofissional que lhe constitui, sob o signo da educação patrimonial cada vez mais têm surgido iniciativas diferentes – na forma e no conteúdo – voltadas ao ensino construído com base nos bens culturais, sejam eles já sob proteção e guarda institucionais ou não. São eles as fontes privilegiadas para a produção do conhecimento em um número cada vez maior de exposições, publicações, oficinas, cursos, enfim, em uma gama extensa de projetos e iniciativas que faz com que, segundo pensamos, a melhor definição de educação patrimonial seja aquela defendida atualmente pela Coordenação de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CEDUC/IPHAN), e

encontrada em Florêncio (et. al., 2014, p. 19):

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Em nosso país, os aspectos práticos e conceituais da educação patrimonial foram introduzidos por ocasião do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial, na cidade de Petrópolis em 1983. (FRATINI, 2009). À luz da história da preservação do patrimônio no Brasil (FONSECA, 2005), trata-se, portanto, de um campo teórico-prático ainda recente e pouco explorado, mas que tem se desenvolvido bastante nos últimos anos. Inicialmente vinculada às instituições museológicas – seguindo uma tendência internacional –, a educação patrimonial rapidamente ampliou suas dimensões através de uma maior aproximação com as instituições formais de ensino, bem como por sua institucionalização no interior de órgãos e agências governamentais ocupadas com a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro. Neste particular, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem assumido um papel de

destaque. Isto porque, em função mesmo de suas atribuições, se converteu na principal agência do governo federal para consolidar e ampliar a educação patrimonial no Brasil; algo que tem realizado através da implantação e gerenciamento de projetos e políticas públicas desenvolvidos em parcerias com escolas, universidades, entidades da sociedade civil, outros ministérios, etc. (FLORENCIO et. al., 2014).

Contudo, a despeito dos investimentos realizados nos últimos anos, e da extensa e variada gama de iniciativas que já surgem como resultado, a educação patrimonial ainda não é um campo bem consolidado no Brasil. A falta de uma sistemática adequada e o caráter desigual da presença de ações educativas nas diferentes organizações ocupadas com a preservação de nosso patrimônio cultural, são sintomáticas a este respeito (FRATINI, 2009).

De particular importância para nós é o caráter tardio e em número ainda pouco expressivo de iniciativas de educação patrimonial em nossos centros de documentação e instituições de arquivos históricos, permanentes. Enquanto instituições correlatas nos Estados Unidos e Europa – especialmente na França – já realizam desde a década de 1950 ações educativas as mais variadas com base no patrimônio documental sob sua custódia

(BELLOTTO, 2006), no Brasil, as iniciativas neste sentido surgem, em sua ampla maioria, somente a partir da última década.

Nos últimos anos tem se verificado um incremento do número de ações educativas em arquivos e centros de memória⁴, os quais têm oferecido serviços diversificados como oficinas para professores e alunos da educação básica, visitas guiadas aos acervos, publicações de materiais paradidáticos e de apoio, entre outros. Porém, embora tais ações possuam o sentido de contribuir com a preservação, a difusão e a ampliação do acesso ao seu patrimônio documental, o emprego destas atividades secundárias em instituições arquivísticas ainda está circunscrito a um pequeno círculo.

2 UMA INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO DAD/COC

Em grande medida, é também relativamente fora deste círculo que ainda se encontra localizado o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC), de onde falamos. Na COC⁵, as ações relativas à educação patrimonial estão vinculadas mais diretamente ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/COC), no qual são desenvolvidos cursos de profissionalização em nível técnico

nas áreas de conservação e restauro de bens arquitetônicos de valor histórico. Cursos de formação inicial e continuada desenvolvidos, também a partir do início dos anos 2000, por intermédio do núcleo de educação do departamento, e especialmente vinculado ao Projeto Oficina-Escola de Manguinhos (OEM)⁶.

Mas as ações de educação patrimonial da COC não se restringem apenas aos cursos de profissionalização desenvolvidos pelo DPH. Neste sentido merece destaque também, o Curso de Especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, que objetiva formar especialistas na preservação e gestão dos patrimônios arquitetônico e documental relacionados às áreas de especialização da instituição: a saúde e as ciências biomédicas. Em sentido diverso dos cursos anteriormente mencionados, este se estrutura de uma maneira mais ampla, reunindo, inclusive, profissionais de outras instituições, no âmbito de uma iniciativa interdepartamental no interior da COC.

Aliás, este curso de especialização concentra a maior parte das ações de educação realizadas pelo seu Departamento de Arquivo e Documentação⁷, tendo em vista que responde pela conformação da área de concentração “Patrimônio Documental” do curso; e, no qual, boa parte de seus colabo-

radores oferecem disciplinas sobre as especialidades de sua atuação.

Diferentemente de outros departamentos da COC, como o já citado DPH e o Museu da Vida (MV), o DAD não possui um núcleo ou serviço dedicado à realização de ações educativas com base em seu patrimônio documental, visto que não tem histórico de privilegiar a divulgação de seus acervos e o acesso às suas informações por meio de ações educativas. Mais recentemente, no entanto, o DAD vem iniciando um movimento mais claro em direção à educação. Exemplo disso é o que pretendemos apresentar neste trabalho, ou seja, a iniciativa de uma publicação elaborada pelo departamento em parceria com o Museu da Vida, e atualmente em fase final de revisão.

Provisoriamente intitulada *Arquivos [nada] secretos da saúde no Brasil*, a publicação em questão representa uma iniciativa até certo ponto incomum na história do DAD. É o que se verifica se levarmos em conta que se trata de um livro ilustrado que utiliza o patrimônio sob sua guarda, para remontar – para um público infanto-juvenil e com uma linguagem simplificada, não acadêmica – o desenvolvimento do setor de saúde no Brasil, através de momentos importantes de sua história.

A ideia da elaboração do livro surgiu no DAD em dezembro de 2012, através da Chefe de Departamento, a arquivista Maria da Conceição Castro, contando desde o início para a execução do projeto, além dos autores deste trabalho, com o historiador Ricardo Augusto dos Santos. Inicialmente, se tomou como modelo uma publicação elaborada pelo Arquivo Nacional, cuja proposta é apresentar a temática dos arquivos ao público infanto-juvenil, ilustrando passagens da história do Brasil com reproduções de documentos sob a guarda da instituição.

Em face dessa proposição de trabalho, logo se definiu que seria necessário contar com um grupo multidisciplinar de profissionais. Além da equipe já constituída no DAD, que elaborou a proposta inicial, buscou-se o auxílio de alguns setores do Departamento Museu da Vida da COC que trabalham com divulgação científica e educação em museus, envolvendo assim, além de arquivista, historiadores e cientista social, também jornalistas, pedagogo, programador visual e designer gráfico.⁸

Desde o projeto original, a ideia era de promover o interesse do público escolar no acervo arquivístico sob a guarda da COC. Notadamente, nesse grupo a procura pelas instituições arquivísticas, e em especial ao DAD, é bem pequena em relação ao número

total de pesquisadores que recorrem aos arquivos. É possível afirmar que existe ainda pouco conhecimento a respeito dos temas dos arquivos, dos documentos arquivísticos ou da preservação do patrimônio cultural e da memória entre a população em geral. O uso disseminado da internet, a criação de bases de dados e páginas virtuais pelas instituições arquivísticas certamente ampliou o acesso e a procura, mas talvez ainda permaneçam restritos ao público especializado que domina os códigos culturais necessários.

Acreditamos que no universo escolar o desconhecimento sobre essas temáticas não é muito diferente. Em geral, na escola as ações educativas que envolvem o conhecimento sobre os arquivos, ou mesmo o uso em sala de aula de documentos arquivísticos, ainda são muito pontuais e dependem da iniciativa exclusiva do professor, que muitas vezes não dispõem dos meios ou da qualificação adequados para tal. Recentemente, a atuação da Comissão Nacional da Verdade – criada pelo governo federal para apurar graves violações de Direitos Humanos, sobretudo durante a ditadura militar no Brasil – trouxe os holofotes da grande mídia para os arquivos. Portanto, esse é um momento propício para ações que tentem mudar esse quadro.

Nessa perspectiva, a premissa básica que pautou nossa iniciativa é de que as instituições arquivísticas só podem cumprir plenamente sua missão de dar acesso ao patrimônio cultural que preservam se o público conhecê-lo. Além disso, as instituições, sobretudo no caso de entes públicos, devem estar empenhadas nos objetivos de expandir e diversificar seu público, pensando o acesso ao patrimônio cultural como direito e aspecto importante no exercício da cidadania. Dessa forma, os arquivos devem tomar postura ativa na difusão cultural e no acesso, não somente preparando-se para receber os pesquisadores, mas, saindo da inércia e indo ao encontro do público em potencial. Apenas a compreensão do patrimônio cultural na sua dimensão sócio-histórica, o decorrente reconhecimento de sua importância e apropriação por parte da comunidade que o circunda, podem garantir a valorização e a preservação do mesmo. Assim, se o patrimônio permanece culturalmente inacessível para a maioria da população, mesmo que o acesso seja livre e garantido, sua preservação e os custos que isso envolve não se justificam plenamente. Portanto, as instituições arquivísticas também devem tomar para si funções educativas para cumprir melhor com suas atribuições, atuando “como agência educativa, como

veículos de participação da coletividade” (CHAGAS, 2006, p. 98).

Levando em conta esses pressupostos, a publicação elaborada pelo DAD foi sendo pensada, não só como iniciativa de difusão, mas uma ação educativa, propriamente, voltada para o público escolar na faixa etária de 10 a 15 anos. Propomos uma situação de aprendizagem, que possibilite um processo de ensino mais dinamizado e ampliado, tomando o “patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). Com isso, definimos como objetivo, estimular a curiosidade do leitor a respeito do arquivo e dos documentos, através de informações e noções básicas sobre o tema e o destaque para a reprodução de alguns documentos arquivísticos, parte do rico patrimônio cultural sob a guarda da COC. Nesse sentido, considerou-se também que o produto em questão deveria ser atraente para esse público específico, tanto no conteúdo quanto na forma de apresentação, empregando linguagem simples e direta, bem como o uso de ilustrações gráficas.

Diante do vasto acervo arquivístico da COC, optou-se desde o princípio em um recorte temático que abordasse a história de criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa escolha não se deu de forma fortuita, pois se trata de tema de especial atenção da Fiocruz. De tal forma que a Fundação assume como sua missão institucional a tarefa de “produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde”. Ademais, a temática do SUS nos pareceu propícia para reforçar laços de pertencimento e identidade com o público leitor, pensando em uma proposta educativa de formação para a cidadania. Essa preocupação parte da premissa de que o SUS – um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo – mesmo com suas contradições e falhas, é também um patrimônio da população e sua garantia de acesso integral, universal e gratuito ao direito básico da saúde, que por vezes é ameaçado por interesses privatistas e precisa ser defendido e preservado.

Para apresentar ao leitor a história de criação do SUS e ao mesmo tempo apresentar o acervo da COC, optou-se por remontar a história das políticas de saúde pública e da organização da assistência médica no país, utilizando o maior número de fundos do acervo que tratam dessas questões e documentos em diversos formatos e tipos. A linha temporal do conteúdo definido abrange desde a criação do Instituto Soroterápico Federal, em 1900, até a criação do SUS, com

a promulgação da Constituição Federal de 1988, abordando as campanhas de vacinação e erradicação de doenças, as expedições científicas pelo interior do país, as ações de saneamento rural, a criação dos principais órgãos de gestão, além da reforma do Sistema Previdenciário sob o regime militar e a emergência do movimento da Reforma Sanitária como crítica a esse modelo e a VIII Conferência Nacional de Saúde. Dessa forma, pretende-se demonstrar que o SUS foi antecedido por inúmeras ações pontuais no campo da saúde pública, porém sem que houvesse, necessariamente, coordenação entre essas iniciativas. Além disso, essa abordagem cronológica enfatiza as inovações advindas com o Sistema Único, tais como a universalização da oferta e a gestão democrática dos serviços de saúde. A elaboração dos textos seguiu como princípio o estímulo à curiosidade e ao senso crítico do leitor sobre esses assuntos.

Ao longo do trabalho, o formato da publicação foi ganhando corpo e definiu-se utilizar o recurso de uma personagem da mesma faixa etária dos leitores, que incumbida pelo professor de realizar uma tarefa sobre a história de criação do SUS, vai pesquisar no arquivo do DAD junto com os colegas. A partir dessa “aventura” no arquivo, a menina elabora uma espécie de “cader-

no de campo” – que é a própria publicação aqui apresentada – no qual vai desenvolvendo o trabalho escolar, acrescentando reproduções dos documentos que encontrou no acervo, rabiscando comentários pessoais e desenhos. Dessa forma, pensou-se em envolver o leitor nesse universo dos arquivos e dos documentos com algo que lhe é mais familiar, de forma a estabelecer um vínculo com o tema.

A elaboração da referida publicação compreendeu diversas etapas de trabalho coletivo, como a pesquisa documental e bibliográfica, debates sobre a proposta e seu formato, elaboração e revisão dos textos, adaptação para linguagem apropriada, seleção e reprodução dos documentos arquivísticos, ilustração e design gráfico. Em breve, o material seguirá para a edição e impressão final, para em seguida ser distribuído gratuitamente ao público-alvo.

3 CONCLUSÃO

Na atual etapa, entendemos que a publicação não pode ser um fim em si mesmo,

mas parte de um processo educativo que pode e deve ser estabelecido como prática permanente e sistemática de uma instituição arquivística. Portanto, essa reflexão a respeito do processo de trabalho, que ainda não foi dado por concluído, toma como ponto de partida o escopo teórico da educação patrimonial, conforme exposto, para planejar novas e variadas ações educativas no DAD. Qualquer discussão sobre a criação de um núcleo ou serviço de educação em seu interior é ainda muito incipiente, as discussões estão apenas no início.

Contudo, o contexto atual da COC é muito favorável neste sentido, pois é o momento em que a instituição está dedicada a discutir de maneira ampla a educação que promove, inclusive postulando a criação de um plano e de uma política de educação geral para toda a unidade. O futuro parece promissor para que a publicação aqui apresentada não se torne uma iniciativa isolada, mas sim o trecho inicial de uma caminhada no sentido de consolidar cada vez mais as ações educativas em nosso Departamento.

EDUCACIÓN PATRIMONIAL EN ARCHIVO: UNA INICIATIVA EN DEPARTAMENTO DE ARCHIVO E DOCUMENTACIÓN DA COC

RESUMEN

La obra lleva la cuenta de una iniciativa de educación patrimonial del Departamento de documentación y archivo de la Casa de Oswaldo Cruz: la publicación de un libro ilustrado para jóvenes lectores, el resultado de una metodología de trabajo multidisciplinar y fuertemente basado en la investigación bibliográfica y documental, en el cual pretende retratar la historia de la salud pública en Brasil a través del vasto cuerpo de documentos bajo custodia de la institución archivística. La publicación en cuestión se considerada como parte de un proceso educativo que tiene el "patrimonio cultural como fuente primaria." Con este fin, se trata de comprender el surgimiento del concepto de la educación patrimonial como consecuencia de la redefinición de las nociones de patrimonio cultural y la memoria social a mediados del siglo XX. Por lo tanto, la educación se ha convertido en un recurso estratégico entre la sociedad con su patrimonio cultural. En Brasil, esta relación entre el patrimonio y la educación no es nuevo, pero las experiencias son todavía limitados y puntuales entre las instituciones de archivos y centros de documentación. Por lo tanto, la propuesta de reflexión tiene como objetivo establecer una práctica sistemática de la educación en el archivo, uniéndose a las otras experiencias que la Casa de Oswaldo Cruz desarrolla en este campo.

Palabras-clave: Educación patrimonial. Archivo. Historia de la Salud. Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 No contexto em que estamos discutindo, que se estende via de regra até meados do século XX, eram reconhecidos como patrimônio nacional unicamente bens históricos e artísticos de natureza material, como obras de arte, monumentos, aspectos de arquitetura, entre outros. Algo que se modifica após este período, como abordaremos a seguir.

2 Em se tratando de Brasil, a noção ampliada do conceito de “patrimônio cultural” e o consequente reconhecimento de bens culturais imateriais, como técnicas de produção

artesanal, festas tradicionais, rituais, manifestações artísticas e etc. se tornaram possíveis partir da promulgação da Constituição de 1988 e de seu artigo 216, bem como da publicação do Decreto Federal 3.551 de 4 de agosto de 2000, que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, respectivamente.

3 A este respeito importa mencionar que instituições oficiais do Estado brasileiro como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) têm parte considerável de sua missão institucio-

nal atrelada ao conhecimento e/ou reconhecimento da memória coletiva e do patrimônio cultural de grupos sociais específicos. Por exemplo, as ações de regularização fundiária de comunidades quilombolas tradicionais, realizadas pelo INCRA, visando a concessão da propriedade coletiva da terra, somente ocorrem mediante minucioso relatório antropológico atinente às formas de organização social e o reconhecimento da especificidade de seus bens culturais materiais e imateriais. Por sua vez, as ações de registro e tombamento de bens culturais realizados pelo IPHAN também requerem avaliações técnicas neste sentido. Para maiores informações consultar <<http://www.incra.gov.br>> e <<http://portal.iphan.gov.br>>.

4 Merece destaque, o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMWL), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CEMEUSP), o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APBH), o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), dentre outros, que já possuem programas estruturados e/ou serviços estabelecidos de educação patrimonial (ALVES & BRANDO, 2013; FRATINI, 2009).

5 A Casa de Oswaldo Cruz é a unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que se dedica à preservação da memória da instituição e às atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil. Informações disponíveis em: <<http://www.coc.fiocruz.br/institucional>>.

6 O projeto OEM é uma ação de educação profissional técnica fundada sobre o uso do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manginhos (NAHM), como fonte primária do processo de ensino-aprendizado. Trata-se de uma iniciativa de educação patrimonial da COC que, como tal, além de contribuir para a preservação de seu patrimônio, preconiza também sua apropriação comunitária, uma vez que garante aos jovens das comunidades que rodeiam a Fiocruz, a prioridade para o ingresso nos cursos que promove.

7 Lembrando que exposições, seminários, visitas guiadas e, mais recentemente, cursos na modalidade de extensão universitária, também figuram entre as atividades educativas realizadas pelo departamento, embora de maneira não sistemática e descontínua.

8 Pelo Museu da Vida participaram da elaboração da publicação: Marina Ramalho,

Luís Amorim (Núcleo de Estudos de Divulgação Científica), Maria Paula Bonatto (Serviço de Visitação e Atendimento ao Público), Barbara Mello e Rita Alcantara (Serviço de Design e Produtos de Divulgação Científica).

REFERÊNCIAS

ALVES, C. L.; BRANDO, N. Ditadura, direitos humanos, arquivos e educação a partir do patrimônio: documentar a ditadura para que(m)? In: STAMPA, I; NETTO, R. S., **Arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Memórias Reveladas, 2013. Disponível em:

<<http://www.an.gov.br/seminario/imagens/Arquivos%20da%20Repress%20e%20da%20Resist%20ancia.pdf>> Acesso em: 01 maio. 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Decreto 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 01 maio. 2014.

CARDOSO, C. F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.), **Domínios da história: ensaios de**

teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 16-48.

CASCO, A. C. A. J. Sociedade e educação patrimonial. In: **Patrimônio - Revista eletrônica do IPHAN**. IPHAN; Labjor/Unicamp, sem data. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=131>>. Acesso em: 08 maio. 2014.

CHAGAS, M. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

FALCON, F., História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.), **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 94-135.

FLORÊNCIO, S. et. al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=4240>>. Acesso em: 01 maio. 2014.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 34, 2009.

GRUNBERG, E. **Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais**, sem data.

Disponível em:

<http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estuHYPERLINK>. Acesso em: 10 maio. 2014.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.;

MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. 6ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014
